



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

REGISTRO DE PARTIDO POLÍTICO Nº 0600412-09.2019.6.00.0000

REQUERENTE: UNIDADE POPULAR (UP) - NACIONAL

ADVOGADO: JOAO GABRIEL VIEIRA WANICK - OAB/PE26269

ADVOGADO: JOSE MIGUEL CORREIA - OAB/PE29949

ADVOGADO: RAFAEL WANDERLEY DA SILVA - OAB/PE34363

ADVOGADO: TIAGO MEDEIROS LEITE - OAB/PB22906

ADVOGADO: SIRLEI DE SA MOURA - OAB/MG79214

ADVOGADO: THALES AUGUSTO NASCIMENTO VIOTE - OAB/MG152611

ADVOGADO: FERNANDA VECCHI PEGORINI - OAB/RS83304

ADVOGADO: RAQUEL OLIVEIRA DE BRITO - OAB/SP299414

ADVOGADO: JOSE LUIZ QUADROS DE MAGALHAES - OAB/MG44841

ADVOGADO: ANTONIO NATANAEL MARTINS SARMENTO - OAB/PE35646

ADVOGADO: ALICAN ALBERNAZ DE OLIVEIRA - OAB/MG63216

ADVOGADO: MARCELO DE SANTA CRUZ OLIVEIRA - OAB/PE0133B

ADVOGADO: RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGAO - OAB/SE1190

ADVOGADO: THIAGO DE OLIVEIRA SANTOS - OAB/PE46750

ORIGEM:BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL

JULGADO EM: 10/12/2019

RELATOR(A): MINISTRO(A) JORGE MUSSI

PRESIDENTE: MINISTRO(A) ROSA WEBER

PROCURADOR(A)-GERAL ELEITORAL: JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA

ASSESSOR DE PLENÁRIO: JEAN CARLOS SILVA DE ASSUNÇÃO



DECISÃO

O Tribunal, por unanimidade, deferiu o pedido de registro do estatuto e do órgão de direção nacional do Partido Unidade Popular (UP), determinando a modificação dos artigos 35 e 43, VII, do mencionado estatuto no prazo de 90 dias, nos termos da conclusão do voto do Relator. Votaram com o Relator os Ministros Edson Fachin, Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, Og Fernandes, Sérgio Banhos, Luís Roberto Barroso e Rosa Weber (Presidente).

Redigirá o acórdão o Ministro Edson Fachin.

Composição: Ministra Rosa Weber (Presidente) e Ministros Luís Roberto Barroso, Edson Fachin, Og Fernandes, Luis Felipe Salomão, Tarcisio Vieira de Carvalho Neto e Sérgio Banhos.

Por ser verdade, firmo a presente.

Brasília, 10/12/2019.

JEAN CARLOS SILVA DE ASSUNÇÃO

Assessor de Plenário



UNIDADE POPULAR

ESTATUTO

Capítulo I

Do Partido, sede e princípios básicos



Artigo 1º - UNIDADE POPULAR é um Partido político, com sede e foro em Brasília, Capital da República, com jurisdição em todo o território nacional e duração indeterminada, *rege-se por seu Programa e pelo presente Estatuto.*

§1º - Caberá ao Diretório Nacional estabelecer o endereço nacional do Partido e fazer constar junto aos órgãos competentes em observância ao disposto neste estatuto e na legislação vigente. A alteração do endereço só poderá ocorrer por decisão de dois terços dos membros do Diretório Nacional.

§2º - A sigla adotada pelo Partido UNIDADE POPULAR será UP.

§3º - Em todos os símbolos e documentos do Partido deverá se fazer constar, além do nome por extenso e/ou da sigla o lema "Pelo Socialismo".

Artigo 2º - O Partido UNIDADE POPULAR tem por objetivo apoiar a luta pelo socialismo no Brasil e promover a unidade das forças populares para intervir no processo político do país.

Artigo 3º - O Partido UNIDADE POPULAR se orienta pelos princípios e pela teoria do socialismo científico, apoia as reivindicações populares por melhores salários, reforma agrária e urbana, educação de qualidade para todos em todos os níveis e gratuita, acesso de todos à saúde pública de qualidade e defende a solidariedade internacional entre os trabalhadores e os povos de todos os países.

Artigo 4º - O Partido UNIDADE POPULAR defende:

- a) Controle social da economia para atender às necessidades da população e acabar com as desigualdades regionais e sociais, fim da espoliação imperialista sobre a economia nacional;
- b) Garantia de emprego e trabalho para todos e proibição do trabalho infantil;
- c) Ampla reforma agrária; nacionalização da terra e fim do monopólio privado da terra;
- d) Anulação dos impostos extorsivos cobrados do povo; imposto sobre as grandes fortunas e progressivo;
- e) Estatização de todos os meios de transporte coletivo;
- f) Educação pública e gratuita para todos e em todos os níveis; garantia de livre acesso do povo à universidade e/ou cursos técnicos profissionalizantes;
- g) Democratização dos meios de comunicação;
- h) Fim da discriminação das mulheres; direitos iguais; fim do racismo e da discriminação dos negros e punição aos infratores; firme combate à exploração sexual de mulheres e crianças;

CAB/RE 20.227

- i) Fim de qualquer discriminação religiosa, de raça, sexo ou sexualidade; plena garantia à liberdade religiosa;
- j) Defesa e proteção do meio ambiente e da natureza; proibição da destruição de florestas; estabelecimento do controle popular sobre a Amazônia;
- k) Demarcação e posse imediata de todas as terras indígenas; defesa da cultura e dos direitos dos povos indígenas;
- l) Garantia de Saúde pública e gratuita para todos;
- m) Defesa e incentivo à cultura nacional e popular;
- n) Garantia de moradia digna, saneamento e coleta de lixo para todas as famílias brasileiras;
- o) Apoio à luta de todos os povos e países pela libertação da dominação capitalista e da espoliação imperialista; defesa da soberania, independência e autodeterminação dos povos;
- p) Efetivação de uma justiça de transição relativa ao regime vigente antes da Constituição de 1988.

Capítulo II Da filiação ao Partido



Artigo 5º - Podem filiar-se ao Partido UNIDADE POPULAR todos os brasileiros, maiores de 16 anos, que concordem com o Programa e com o presente Estatuto.

Artigo 6º - A ficha de filiação, em 2 vias, deverá ser apresentada ao Diretório Municipal ou Zonal do Partido onde o candidato à filiação tem domicílio eleitoral.

§ 1º - A ficha de filiação deverá ser abonada por um membro do Diretório Municipal ou Zonal do Partido que, ao receber, emitirá recibo e a encaminhará ao presidente do Diretório para a devida tramitação.

§ 2º - Recebido o pedido de filiação, a Executiva Municipal ou Zonal procederá à sua leitura na primeira reunião, afixando-o em lugar visível na sede do Diretório Municipal ou Zonal e aguardará 3 (três) dias para possíveis impugnações, ressalvado o previsto no Artigo 7º.

§ 3º - A filiação poderá ser impugnada por qualquer filiado, devendo o seu pedido ser analisado em reunião da respectiva Executiva Municipal ou Zonal, sendo garantido ao postulante à filiação o direito de tomar ciência da impugnação e contra-argumentar em 3 (três) dias.

§ 4º - A impugnação deverá conter a exposição dos fatos e dos fundamentos em que se apoia, bem como as provas das afirmações apresentadas.

§ 5º - O pedido de filiação será impugnado nos casos de:

- a) incompatibilidade manifesta com os postulados e a orientação política do Partido;
- b) notória hostilidade à legenda e atitudes desrespeitosas a dirigentes e lideranças partidárias;
- c) improbidade administrativa praticada pelo impugnado;
- d) conduta pessoal indecorosa;
- e) filiações em bloco que objetivem o predomínio de pessoas ou grupos estranhos ou sem afinidade com o Partido.

04/12/2024

§ 6º - Decorrido o prazo da defesa, a Executiva Municipal ou Zonal decidirá no prazo de 7 (sete) dias, devendo a decisão ser fundamentada.

§ 7º - Da decisão da Executiva, caberá recurso ao Diretório Estadual, no prazo de 3 (três) dias da ciência recebida pelo impugnado ou pelo impugnante.

§ 8º - O recurso poderá ser apresentado ao próprio Diretório Municipal ou Zonal, ou diretamente ao Diretório Estadual.

§ 9º - A Executiva Estadual deverá, após prazo de 3 (três) dias para contrarrazões do Diretório Municipal ou Zonal, decidir no prazo de 7 (sete) dias.

§ 10º - As decisões dos recursos são terminativas do processo, ressalvado o caso de reforma das decisões das Executivas Municipais ou Zonais, que poderão recorrer ao Diretório Nacional.

§ 11º - Deferida a filiação e registrada com a data do pedido, a Executiva enviará a 2ª via ao Diretório Estadual e fará as comunicações de sua competência, podendo expedir carteira de identificação do filiado.



Artigo 7º - A filiação de dirigentes partidários, secretários de governo, parlamentares, prefeitos, governadores, ministros, presidente da República e personalidades de projeção nacional deverá ser homologada pela Executiva Nacional do Partido.

Artigo 8º - No caso de mudança de domicílio eleitoral, o filiado comunicará à Executiva Municipal ou Zonal de origem, a quem caberá comunicar à Executiva de destino no prazo de 5 (cinco) dias.

Parágrafo Único - A transferência de diretório não está sujeita ao processo de que trata o Artigo 6º.

Artigo 9º - O cancelamento da filiação dar-se-á por morte, desligamento compulsório ou voluntário, expulsão ou abstinência partidária.

§ 1º - A abstinência partidária poderá ser declarada pela Executiva Municipal ou Zonal, quando o filiado deixar de comparecer a 2 (dois) Congressos consecutivos, sem apresentar justificacão de ausência até 10 (dez) dias após a realizacão de cada evento.

§ 2º - O cancelamento da filiação será obrigatoriamente comunicado ao interessado por carta com aviso de recebimento no prazo de 2 (dois) dias.

§ 3º - Para desligar-se do Partido, o filiado fará comunicacão escrita à Executiva Municipal ou Zonal, com cópia ao Juiz Eleitoral da Zona em que for inscrito, e será consequentemente excluído da relacão de filiados.

Capítulo III

Dos direitos e deveres do filiado

Artigo 10 - São direitos dos filiados:

- I - ter participacão ativa no Partido e em seus processos de debate e decisão;
- II - manifestar-se nas reunies partidárias, podendo recorrer das decisões dos órgos do Partido ao órgo imediatamente superior;
- III - dirigir-se a órgo do Partido para este pronunciar-se sobre qualquer assunto;

A handwritten mark or signature in black ink, consisting of a stylized letter 'A' or similar shape.

A handwritten signature in blue ink, followed by the date "08/12/2027".

IV - votar e ser votado;

§ 1º - Somente poderá votar e ser votado, nos Congressos e Convenções do Partido, o filiado que contar com, no mínimo, 3 (três) meses de filiação e estiver em dia com a sua contribuição financeira.

§ 2º - No caso de Congresso ou Convenção convocados por Comissão ou Executiva Provisória, não haverá exigência de prazo mínimo de filiação para a participação e eleição dos filiados.

§ 3º - Somente poderá ser candidato a cargo eletivo, o filiado que, na data da eleição, contar com um mínimo de 1 (um) ano de filiação partidária.



Artigo 11 - São deveres do filiado:

I - comparecer às reuniões e atividades partidárias do organismo em que estiver alocado, e participar das campanhas eleitorais dos seus candidatos;

II - defender o programa partidário e as deliberações dos Congressos e Diretórios, bem como das Convenções;

III - manter conduta ética, pessoal e profissional, compatível com as responsabilidades partidárias, particularmente no exercício de mandato eletivo e de função pública;

IV - respeitar as decisões partidárias pela escolha de candidatos nos diferentes âmbitos;

V - pagar a contribuição financeira estabelecida neste Estatuto;

VI - manter relações de urbanidade e respeito com os dirigentes partidários, os detentores de mandato e os demais filiados.

Artigo 12 - Os mandatos executivos e legislativos obtidos pelo Partido UNIDADE POPULAR, através dos votos atribuídos aos candidatos inscritos sob sua legenda, pertencem ao partido, em decorrência dos princípios constitucionais e legais vigentes que regem o instituto da representação político-partidária.

Capítulo IV

Da fidelidade e da disciplina partidárias

Artigo 13 - Os filiados, através de processo em que lhes sejam asseguradas ampla defesa, ficarão sujeitos a medidas disciplinares, quando considerados responsáveis por:

I - infração ao Programa ou a este Estatuto, ou por desrespeito à orientação política fixada pelo organismo dirigente competente;

II - desrespeito às deliberações coletivas regularmente tomadas em questões consideradas fundamentais;

III - atentado contra o livre exercício do direito de voto, a normalidade das eleições ou o direito de filiação partidária;

IV - improbidade no exercício de mandato executivo ou parlamentar, bem como no de órgão partidário ou de função administrativa;

V - atividade política contrária aos interesses do Partido;

A handwritten mark in blue ink, possibly a signature or initials, consisting of a stylized 'A' or similar shape.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "CAMILA RE 2022" with a stylized mark above it.

VI - falta, sem motivo justificado por escrito, a mais de 3 (três) reuniões sucessivas do órgão partidário de que fizer parte;

VII - falta de exatidão no cumprimento dos deveres atinentes às funções partidárias;

VIII - apoiar candidato diverso do adotado pelo órgão partidário competente.

Artigo 14 - São medidas disciplinares:

I - advertência;

II - suspensão por 15 (quinze) dias a 6 (seis) meses;

III - destituição de função em órgão partidário;

IV - desligamento da bancada por até 6 (seis) meses, na hipótese de parlamentar;

V - expulsão, com cancelamento de filiação;

VI - cancelamento do registro de candidatura.



Artigo 15 - A representação contra um filiado por infração disciplinar deverá ser motivada e circunstanciada, acompanhada das provas em que se fundar, e será dirigida à Executiva do Diretório a que está ligado o filiado.

§ 1º - Qualquer filiado ao Partido poderá representar à Executiva do Diretório competente contra outro filiado por práticas de infidelidade ou contrárias à disciplina partidária.

§ 2º A aplicação de penas será feita sempre pelos Diretórios, ouvida a Comissão de Ética e Disciplina respectiva, observado o devido processo legal e garantida ampla defesa ao acusado.

§ 3º - O processo de aplicação de penalidades a filiado obedecerá às seguintes normas:

I - O filiado será notificado pessoalmente ou por correspondência pela Executiva partidária, com aviso de recebimento, que lhe dará ciência do inteiro teor da representação contra ele;

II - A defesa escrita deverá ser apresentada no prazo de 8 (oito) dias após a ciência da acusação e poderá conter os argumentos e provas que atestem a inocência ou a atenuação da culpa do acusado;

III - O processo, com a respectiva defesa, se apresentada, será encaminhado à respectiva Comissão de Ética e Disciplina, que analisará as provas, ouvirá as testemunhas e dará parecer justificado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;

IV - A Executiva encaminhará então o processo para julgamento à reunião do Diretório respectivo, que será convocada com expressa menção de seu objeto e antecedência mínima de 8 (oito) dias, devendo o acusado ser citado pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento com a mesma antecedência;

V - Na sessão de julgamento do respectivo Diretório, o acusado terá direito a fazer sustentação oral de sua defesa, pessoalmente ou através de advogado devidamente habilitado;

VI - No caso do acusado não ser encontrado ou dificultar a sua notificação, através de medidas protelatórias, poderá ser notificado pelas formas previstas no Código de Processo Civil, adotado subsidiariamente.

§ 4º - A Executiva de nível superior poderá avocar para si o processo, bem como o seu julgamento, de representação formulada perante instância inferior, quando a

A handwritten mark or signature in black ink, consisting of a stylized letter 'P'.

A handwritten signature in blue ink, with the name "Cassio" and the date "20.2.27" written next to it.

repercussão do fato ou a gravidade da infração comprometer o interesse do coletivo partidário.

Artigo 16 - Das decisões do Diretório respectivo cabe recurso no prazo de 8 (oito) dias ao Diretório imediatamente superior.

§ 1º - A Executiva do Diretório que receber o recurso analisará se cabe efeito suspensivo da decisão anterior.

§ 2º - A decisão do recurso será final e irrecorrível, salvo quando houver reforma da decisão do primeiro Diretório, quando será facultado recurso desta à Instância nacional.



Artigo 17 – Caso o filiado se desfilie ou seja expulso do Partido quando estiver no exercício de mandato executivo ou legislativo e tiver sido eleito pela legenda do partido, a Executiva respectiva requererá à Justiça Eleitoral, após a conclusão da desfiliação ou do processo de expulsão, a substituição pelo vice ou pelo suplente imediato, a fim de preservar a vontade do eleitorado e a representação do Partido.

Artigo 18 - A Executiva competente poderá, durante o processo, suspender preventivamente o filiado por um prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por até 30 (trinta) dias, dentro do qual deverá estar concluído o julgamento, nos casos em que houver fortes indícios de violação de dispositivos pertinentes à disciplina e à fidelidade partidárias, passíveis de repercussão prejudicial ao Partido.

Parágrafo único - Da decisão da Executiva competente caberá recurso à Executiva imediatamente superior, Estadual ou Nacional.

Artigo 19 - Compete à Comissão Nacional de Ética e Disciplina, eleita pelo Congresso Nacional do partido, que fixará o número de seus membros efetivos e suplentes, eleitos entre filiados que não sejam membros do Diretório Nacional:

- a) eleger um presidente e um secretário;
- b) elaborar um Código de Ética e Disciplina e submetê-lo ao Diretório Nacional;
- c) conhecer os processos relativos à conduta política de filiados, analisar as provas, ouvir testemunhas e opinar justificadamente a respeito no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;
- d) zelar pela aplicação do Código de Ética e Disciplina.

Artigo 20 - Às Comissões de Ética e Disciplina nos âmbitos estadual e municipal ou zonal aplicam-se, no que couber, as disposições referentes à Comissão Nacional de Ética e Disciplina.

Capítulo V Dos órgãos partidários

Artigo 21 - São órgãos do Partido:

I - De deliberação: os Congressos Nacional, Estaduais e Municipais e as Convenções Nacional, Estaduais e Municipais;

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized, cursive set of letters.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "CARLOS MARINHO".

II - De direção: os Diretórios Nacional, Estaduais, Municipais e Zonais;

III – De Apoio: Instituto Manoel Lisboa.

IV – Conselho Fiscal.

V – De Ação Parlamentar: as bancadas parlamentares.

Parágrafo Único – no âmbito das Zonas eleitorais, poderão ser organizados núcleos de base como órgão de participação dos filiados na vida cotidiana do partido sob a coordenação dos órgãos de direção imediatamente superiores existentes.



Artigo 22 – Os candidatos para os cargos de direção serão escolhidos entre os filiados de acordo com o compromisso com o Partido e com o seu programa;

Artigo 23 - O Partido UNIDADE POPULAR guia-se pelo princípio da unidade de ação e do trabalho coletivo.

§ 1º - Todos os órgãos de direção têm a obrigação de prestar contas de seu trabalho aos Congressos respectivos.

§ 2º - As decisões serão tomadas, sempre que possível, por consenso e, se este não for alcançado, a minoria acatará a decisão da maioria, devendo todos trabalhar pela sua aplicação prática.

Artigo 24 – São atribuições dos Congressos:

I - Avaliar a conjuntura política no seu âmbito de atuação;

II - Propor formas de atuação política que fortaleçam o programa partidário;

III - Definir políticas de aliança;

IV - Avaliar a atuação do respectivo Diretório e, após definir o número de membros e suplentes, eleger o novo Diretório do seu âmbito de atuação;

V - Eleger, após definir o número de membros e suplentes, a Comissão de Ética e Disciplina e o Conselho Fiscal do seu âmbito de atuação;

VI - Eleger os delegados ao Congresso de nível superior, segundo os critérios estabelecidos neste Estatuto;

VII - Deliberar sobre os recursos a ele interpostos;

VIII - Traçar outras políticas e debater outros assuntos que julgar convenientes.

§ 1º - Os Congressos serão convocados e presididos pelo presidente do respectivo Diretório ou Comissão Provisória.

§ 2º - Cada delegado terá direito a um voto, não havendo voto cumulativo ou por procuração.

§ 3º - Os Congressos instalam-se com a presença de metade mais um de seus delegados, e deliberam por maioria simples dos presentes, ressalvadas outras disposições estatutárias.

§ 4º - O voto poderá ser por aclamação, onde houver consenso, e será secreto, em votações nominais, onde houver divergência.

Artigo 25 - As Convenções têm por atribuição:

I - decidir sobre os candidatos no seu âmbito de atuação, e sobre os planos de governo, propostas legislativas e a campanha eleitoral;

II - deliberar sobre alianças ou coligações com outros partidos no seu âmbito de atuação.

Parágrafo Único - As Convenções reger-se-ão pelas mesmas normas dos Congressos.

Artigo 26 - Os Diretórios, nos níveis nacional, estadual, municipal ou zonal, são os órgãos decisórios do partido no intervalo entre os Congressos, competindo-lhes no seu âmbito:

I - conduzir a luta em defesa do Programa fazendo-o cumprir, bem como o Estatuto e as resoluções do Congresso;

II - acompanhar o trabalho das bancadas parlamentares;

III - desenvolver o trabalho de propaganda e organização visando fortalecer a estrutura partidária;

IV - convocar o Congresso respectivo, definindo o calendário e fazendo aos membros do Congresso a devida comunicação;

V - apreciar as contas do Partido, ouvindo o Conselho Fiscal;

VI - julgar os recursos interpostos;

VII - fiscalizar e avaliar os atos da sua Executiva;

VIII - manter a disciplina partidária, aplicando as penalidades estatutárias, ouvindo a Comissão de Ética e Disciplina;

IX - eleger por maioria absoluta a Executiva correspondente;

X - intervir por maioria absoluta nos órgãos de instâncias inferiores.



Artigo 27 - Os Diretórios de qualquer nível elegerão, dentre seus membros, as suas Executivas, com o número de membros efetivos e suplentes que decidirem, das quais deverá constar obrigatoriamente um Presidente, um Secretário Geral e um Tesoureiro.

Parágrafo Único - O Diretório eleito reunir-se-á, logo após a sua eleição, para eleger, por maioria absoluta, a respectiva Comissão Executiva.

Artigo 28 - A Executiva, órgão executivo do respectivo Diretório, cumpre as deliberações partidárias, controla e organiza o partido nos níveis nacional, estadual, municipal ou zonal, competindo-lhe no seu âmbito:

I - dirigir a atividade partidária, visando o cumprimento das decisões dos órgãos partidários;

II - cumprir e fazer cumprir este Estatuto;

III - dirigir os órgãos que lhe são subordinados e/ou vinculados, visando manter a unidade doutrinária e a coesão política;

IV - resolver as questões políticas, administrativas e de organização de caráter urgente, "ad referendum" do Diretório;

V - constituir e administrar o patrimônio e a atividade financeira do partido;

VI - convocar as reuniões do respectivo Diretório com no mínimo 8 (oito) dias de antecedência, mediante publicação de edital na imprensa oficial ou em órgão de imprensa com circulação na sua jurisdição ou comunicação do edital por

01/10/2022

correspondência escrita ou eletrônica, de modo a garantir a convocação de todos os membros efetivos e suplentes;

VII - registrar os Diretórios de jurisdição inferior perante o Partido, cabendo à Executiva Nacional registrar os Estaduais, e às Estaduais registrar os Municipais e Zonais;

VIII - Comunicar à Justiça Eleitoral a composição dos Diretórios e Executivas, cabendo à Executiva Nacional comunicar ao TSE a composição dos órgãos nacionais, e às Executivas Estaduais comunicar aos respectivos TREs a composição dos órgãos estaduais, municipais e zonais, estes últimos apenas no caso do Distrito Federal.

Artigo 29 - Compete ao presidente da Executiva no âmbito de sua jurisdição:

I - representar o Partido nas atividades políticas e perante a Justiça, passivamente, judicial e extrajudicialmente;

II - convocar e presidir as reuniões do Diretório e da Executiva, bem como a Convenção de sua jurisdição;

III - admitir e demitir funcionários administrativos, após deliberação da Executiva;

IV - autorizar as despesas, assinar cheques e demais documentos que envolverem obrigações financeiras, juntamente com o tesoureiro;

V - deliberar, em caráter emergencial, "*ad referendum*" da Executiva;

VI - encaminhar a lista de filiados de seu Diretório à Justiça Eleitoral, no prazo legal, e ao diretório hierarquicamente superior, respeitado o prazo de 30 de abril e 30 de outubro de cada ano, para o envio de Diretório Municipal ou Zonal para o Estadual, e 30 de maio e 30 de novembro, para o envio de Diretório Estadual para o Nacional.

Artigo 30 - Compete ao vice-presidente:

I - substituir o presidente na sua ausência ou impedimento;

II - auxiliar o presidente no desempenho de suas funções;

III - assumir a presidência caso fique vago o cargo de presidente;

IV - contribuir para a aplicação das decisões das instâncias deliberativas, trabalhar pela unidade partidária e tudo fazer no âmbito das suas obrigações em defesa do programa e do Estatuto;

Art 31 – Ao Secretário Geral, no âmbito do seu Diretório, compete:

I - coordenar as atividades dos órgãos partidários de sua jurisdição para atingir os objetivos programáticos do Partido e cumprir as deliberações dos órgãos dirigentes;

II - dirigir a secretaria para manter atualizado o cadastro de filiados, de modo a permitir que o Diretório cumpra os prazos de envio da sua lista de filiados à Justiça Eleitoral e aos órgãos dirigentes do Partido;

III - superintender o serviço de funcionários e auxiliares;

IV - redigir as atas das reuniões;

V - substituir o Presidente, em caso de vacância ou impedimento do vice-presidente.

Artigo 32 - Compete ao Tesoureiro no âmbito do seu Diretório:



09/11/2024

- I - propor e coordenar a política financeira do Partido;
- II - assinar com o Presidente cheques, títulos ou outros documentos que impliquem responsabilidade financeira do Partido;
- III - ter sob sua guarda e responsabilidade o patrimônio físico e financeiro do Partido, livros e documentos contábeis;
- IV - efetuar pagamentos e recebimentos;
- V - apresentar obrigatoriamente à Executiva balancetes mensais;
- VI - manter a contabilidade rigorosamente em dia, observadas as exigências da lei;
- VI - organizar o balanço financeiro do exercício findo que, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Diretório, será encaminhado à Justiça Eleitoral;
- VII - organizar o balanço financeiro mensal que, durante a campanha eleitoral, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pela Executiva, "ad referendum" do Diretório, será encaminhado à Justiça Eleitoral.



Artigo 33 - São atribuições dos demais membros dos diretórios nas suas respectivas jurisdições:

- I - auxiliar o órgão a que estiver vinculado no desempenho de suas funções;
- II - contribuir para a aplicação das decisões das instâncias deliberativas, trabalhar pela unidade partidária e tudo fazer no âmbito das suas obrigações em defesa do programa e do Estatuto;

Art 34 - A Comissão Provisória Nacional será composta por 10 (dez) membros e terá as atribuições de Diretório Nacional e de Executiva Nacional Provisória cumulativamente.

~~Art 35 - As Comissões Provisórias Estaduais e Municipais ou Zonais terão as atribuições de Diretórios e de Executivas. Serão constituídas por resoluções das Executivas de nível imediatamente superior, que especificará o número de membros e definirá o prazo do seu mandato de até 1 (um) ano, sendo livre a prorrogação.~~

~~§ 1º - As Comissões Provisórias Estaduais poderão, quando julgarem oportuno, eleger entre seus membros uma Executiva Estadual Provisória. Neste caso, cada uma terá na sua jurisdição as atribuições previstas no caput deste artigo.~~

~~§ 2º - A Executiva hierarquicamente superior avaliará, periodicamente, o trabalho das Comissões Provisórias podendo, a seu critério e a qualquer tempo, dissolvê-las e designar nova Comissão Provisória.~~

~~§ 3º - As Comissões Provisórias Estaduais terão pelo menos 5 (cinco) membros e as Comissões Provisórias Municipais ou Zonais terão pelo menos 3 (três) membros.~~

Artigo 36 - Os núcleos de base poderão ser constituídos por bairro, local de trabalho ou estudo, tendo no mínimo 3 (três) filiados. Compete a eles:

- I - participar das atividades partidárias, dar suas opiniões, trazer suas experiências, fazendo-as chegar ao Diretório Municipal ou Zonal correspondente, que deverá designar um membro para acompanhar as atividades do Núcleo de Base;
- II - participar das campanhas do Partido, seja nos períodos eleitorais, seja nos períodos normais;

III - executar as decisões políticas nos órgãos dirigentes;

IV - desenvolver o trabalho de organização do Partido e de ampliação das filiações na sua jurisdição;

V - participar das atividades sociais e associativas de sua jurisdição, conquistando o respeito da população pela defesa do interesse coletivo;

Parágrafo Único - A jurisdição do Núcleo de Base é estabelecida pelo Diretório Municipal ou Zonal correspondente.

Artigo 37 – O Instituto Manoel Lisboa é um órgão de apoio do Partido e tem a finalidade de:

I - estudar os problemas políticos, econômicos, sociais e culturais da realidade brasileira;

II - coordenar a elaboração de projeto de desenvolvimento econômico, social e político com as respectivas Direções Partidárias;

III - promover cursos de formação e atualização política para os filiados, elaborando os programas respectivos;

IV - promover ciclos de estudos, fórum de debates, conferências, seminários e simpósios sobre temas nacionais e internacionais;

V - funcionar como banco de dados e fornecer informações para divulgação do Partido;

VI - organizar e manter o arquivo-documentário histórico do Partido;

VII - promover a edição de livros, revistas, monografias, audiovisuais e outras formas de divulgação dos trabalhos e estudos de interesse do Partido.

§ 1º - O referido Instituto terá estatuto próprio e personalidade de direito privado, na forma da lei, podendo contratar com instituições públicas e privadas, prestar serviços e manter estabelecimentos de acordo com as suas finalidades.

§ 2º - A Executiva Nacional do Partido nomeará a diretoria do Instituto e aprovará o seu Estatuto.

Artigo 38 - O Conselho Fiscal tem por função examinar e dar parecer sobre a contabilidade do Partido, fiscalizar a execução do orçamento anual e supervisionar e acompanhar as atividades financeiras do Partido.

§ 1º - O Conselho Fiscal é eleito pelo Congresso da sua jurisdição, que definirá o seu número de membros efetivos e suplentes, e escolherá filiados que não sejam membros do respectivo Diretório.

§ 2º - O mandato do Conselho Fiscal é coincidente com o do Diretório respectivo.

§ 3º - O Conselho Fiscal elegerá entre seus membros efetivos um Presidente, que representará o Conselho para apresentar o seu parecer perante o Diretório ou a Executiva correspondente.

Artigo 39 - As Bancadas Parlamentares são os órgãos de ação parlamentar do Partido e são compostas pelos parlamentares a ele filiados. Elas se obrigam a seguir o princípio da unidade de ação nas votações cujo mérito esteja contido no Programa ou nos Estatutos do Partido, ou que tenha sido objeto de deliberação coletiva pelos Diretórios partidários de sua jurisdição.

09/12/2022

Art. 40 – Os parlamentares integrantes da bancada designarão por maioria simples o líder da bancada para o mandato estabelecido no regimento das respectivas casas onde houver bancada do Partido.

Artigo 41 - Os órgãos do Partido somente intervirão nos órgãos hierarquicamente inferiores para:

I - manter a integridade partidária;

II - assegurar a disciplina e a democracia interna;

III - reorganizar as finanças e regularizar as transferências de recursos para outros órgãos partidários, previstas no Estatuto ou em resoluções;

IV - garantir o desempenho político-eleitoral do Partido;

V - impedir acordo ou coligação com outros partidos em desacordo com as decisões superiores;

VI - preservar as normas estatutárias, a ética partidária, os princípios programáticos ou a linha político-partidária fixada pelos órgãos superiores;

VII - regularizar o controle das filiações partidárias.

§ 1º - A deliberação de intervenção será precedida de audiência do órgão imputado, a quem será dada vista do processo com todas as peças que o compuserem, o qual terá prazo de 5 (cinco) dias para, através de seu Presidente, exercer o direito à ampla defesa.

§ 2º - A intervenção será decretada pelo voto da maioria absoluta do órgão hierarquicamente superior, devendo do ato constar a indicação dos nomes componentes da Comissão Interventora e o prazo de sua duração, que poderá ser prorrogado enquanto não cessarem as causas que a determinaram.

§ 3º - Cessadas as causas determinantes da intervenção, poderá ser ela levantada, mesmo antes do prazo estabelecido.

§ 4º - A Comissão Interventora, uma vez designada, estará investida de todos os poderes para deliberar, aplicando-se, no que couber, a competência de Comissão Provisória.

Artigo 42 - O Diretório que se tornar responsável por violação dos princípios programáticos, do Estatuto, do Código de Ética e Disciplina ou por desrespeito a qualquer diretriz ou deliberação regularmente estabelecida pelos órgãos competentes, será passível de dissolução, que será aplicada pelo Diretório de hierarquia imediatamente superior.

§ 1º - O pedido de dissolução será formulado perante o Diretório hierárquico imediatamente superior, em petição fundamentada, acompanhada dos elementos indispensáveis à formação de convicção.

§ 2º - O Diretório imputado será intimado para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar defesa escrita, ficando-lhe assegurado o direito de promovê-la, também oralmente, por 20 (vinte) minutos na sessão em que ocorrer o julgamento.

§ 3º - A dissolução será decretada pelo voto da maioria absoluta do órgão competente imediatamente superior.



A handwritten mark or signature in blue ink, consisting of a stylized, somewhat abstract shape.

A handwritten signature in blue ink, followed by the date "20/12/2023".

§ 4º - Dissolvido o Diretório, será promovido o cancelamento do seu registro, se da decisão não houver recurso no prazo de 5 (cinco) dias, para órgão hierárquico imediatamente superior.

§ 5º - A Executiva da instância que receber o recurso decidirá se ele tem efeito suspensivo ou meramente devolutivo. O recurso será apreciado no prazo de 60 (sessenta) dias.

§ 6º - As decisões proferidas em grau de recurso serão terminativas.

§ 7º - No mesmo ato da dissolução do Diretório, será nomeada Comissão Provisória com prazo definido para realização de nova Convenção e eleição de novo Diretório.

§ 8º - A dissolução pode ser requerida por qualquer filiado ao Partido.

Capítulo VI
Do Congresso Nacional do Partido
e da organização nacional



Artigo 43 - Compete ao Congresso Nacional do Partido:

I - avaliar a situação política e fixar as diretrizes para a atuação partidária;

II - decidir sobre as propostas de reforma do Programa e do Estatuto por maioria absoluta;

III - decidir soberanamente sobre os assuntos políticos e partidários;

IV - definir a quantidade de membros titulares e suplentes que compõem o Diretório Nacional, podendo elegê-los por aclamação, onde houver consenso, ou por voto secreto, nominal, onde haja divergência;

V - definir a composição da Comissão Nacional de Ética e Disciplina e do Conselho Fiscal Nacional e eleger os seus titulares e suplentes;

VI - decidir sobre recursos contra decisões do Diretório Nacional;

~~VII - decidir sobre a dissolução e a fusão do Partido por maioria de dois terços e, nesses casos, sobre a destinação do patrimônio;~~

Artigo 44 - O Congresso Nacional será constituído:

I - pelos delegados eleitos nos Congressos Estaduais, segundo a proporção estabelecida pelo Diretório Nacional;

II - pelos membros do Diretório Nacional ou da Comissão Provisória Nacional, quando for o caso;

III - pelos representantes do Partido no Congresso Nacional;

Artigo 45 - O Congresso Nacional reunir-se-á:

I - ordinariamente, para prática dos atos de sua competência privativa, por convocação da Executiva Nacional;

II - extraordinariamente:

a) por convocação do Diretório Nacional ou da Executiva Nacional, aprovada por maioria absoluta de seus membros;

13

2013/05 2012A

b) por representação de metade dos Diretórios Estaduais ou metade das Executivas Estaduais, para apreciação de matéria definida no requerimento de convocação.

Parágrafo Único - A convocação do Congresso Nacional será feita pela Executiva Nacional mediante comunicação formal aos que a integram e publicação do edital na imprensa oficial ou em órgão de imprensa de circulação nacional com antecedência mínima de 8 (oito) dias.



Artigo 46 - Compete à Convenção Nacional:

I - escolher os candidatos do Partido à Presidência e Vice-Presidência da República;

II - decidir sobre coligação com outros partidos na eleição nacional;

III - analisar e aprovar a plataforma de governo à Presidência da República.

§ 1º - A convocação e a composição da Convenção será a mesma do Congresso.

§ 2º Os delegados estaduais poderão ser escolhidos em reunião do Diretório Estadual convocada especificamente para este fim.

Artigo 47 - Compete ao Diretório Nacional:

I - dirigir o Partido em todas as questões políticas no intervalo entre os Congressos;

II - convocar o Congresso Nacional e preparar um informe político de sua gestão;

III - traçar a linha política e parlamentar de âmbito nacional a ser seguida pelos representantes do Partido;

IV - eleger os membros titulares e suplentes da Executiva Nacional;

V - decidir sobre a criação e funcionamento dos órgãos de apoio, cooperação e controle.

VI - julgar os recursos interpostos a atos e decisões da Executiva Nacional e dos Diretórios Estaduais;

VII - promover a responsabilidade dos Diretórios Estaduais e, na omissão destes, dos Municipais e Zonais, decidindo sobre sua dissolução, intervenção e reorganização;

VIII - aprovar o hino, as cores, os símbolos e a bandeira do Partido, que serão usados em todo o território nacional;

IX - fixar as datas das Convenções Ordinárias dos órgãos partidários, bem como prorrogar por até 1 (um) ano o mandato de seus membros;

X - regulamentar, através de Resoluções, disposições deste Estatuto;

XI - apreciar as contas do Partido, ouvindo o Conselho Fiscal.

§ 1º - O Diretório Nacional será presidido pelo Presidente da Executiva Nacional, instalar-se-á com a presença de metade mais um de seus membros e decidirá por maioria simples dos presentes, exceto nos casos em que este Estatuto exige a maioria absoluta.

§ 2º - O Diretório Nacional, que terá mandato de 2 (dois) anos, será convocado:

a) pelo presidente da Executiva Nacional;

b) por metade mais um de seus membros;

c) por metade mais um de suas Bancadas Federais.

Artigo 48 - Compete à Executiva Nacional:

I - dirigir, no âmbito nacional, as atividades do Partido;

- II - tomar as providências para fiel execução do Programa, do Estatuto e do Código de ética e Disciplina;
- III - administrar o patrimônio do Partido, adquirir, alienar, arrendar ou hipotecar bens;
- IV - manter a escrituração de sua receita e despesa em livros de contabilidade e prestar contas, ouvido o Conselho Fiscal, ao Diretório Nacional e, uma vez aprovadas, à Justiça Eleitoral nos prazos legais;
- V - remeter às Executivas Estaduais cópias das deliberações do Congresso, da Convenção e do Diretório Nacionais;
- VI - promover os atos necessários à retificação do Programa e do Estatuto, quando necessário;
- VII - receber doações;
- VIII - promover o registro dos Diretórios Estaduais e Nacional, bem como representar o Partido perante o Tribunal Superior Eleitoral;
- IX - analisar a necessidade de efeito suspensivo nos recursos às decisões dos Diretórios Estaduais;

Capítulo VII **Da organização estadual**



Artigo 49 – Ao Congresso Estadual compete:

- I - adaptar as diretrizes partidárias à situação do respectivo Estado;
- II - orientar a ação do Partido no âmbito do Estado;
- III - decidir sobre os assuntos políticos e partidários, no âmbito estadual;
- IV - fixar o número de membros titulares e suplentes do Diretório Estadual, podendo escolher os seus membros por aclamação, se houver consenso, ou em votação secreta, nome a nome, se houver divergência;
- V - eleger da mesma forma os Delegados e Suplentes ao Congresso Nacional do Partido;
- VI - fixar o número de membros titulares e suplentes da Comissão Estadual de Ética e Disciplina e do Conselho Fiscal Estadual e escolher os seus membros;

Artigo 50 - O Congresso Estadual será constituído:

- I - pelos delegados eleitos nos Congressos Municipais e/ou Zonais, segundo as normas definidas pelo diretório estadual ou pelo diretório nacional.
 - II - pelos membros dos Diretórios Estadual e Nacional, ou das Comissões Provisórias Estadual e Nacional, quando for o caso, desde que tenham domicílio eleitoral no Estado;
 - III - pelos membros eleitos do Poder Executivo e do Poder Legislativo Federal e Estadual, desde que filiados ao Partido e com domicílio eleitoral no Estado.
- § 1º - Cada Município ou Zona onde o Partido estiver constituído terá direito a pelo menos 1 (um) delegado ao Congresso Estadual.
- § 2º - Poderão ser eleitos suplentes em número igual ao dos delegados.

Artigo 51 - O Congresso Estadual reunir-se-á:

I - ordinariamente, para prática dos atos de sua competência privativa, por convocação da Executiva Estadual;

II - extraordinariamente:

a) por convocação do Diretório Estadual ou da Executiva Estadual, aprovada por maioria absoluta de seus membros;

b) por representação de metade dos Diretórios Municipais ou Zonais ou metade das Executivas Municipais ou Zonais, para apreciação de matéria definida no requerimento de convocação.

Parágrafo Único - A convocação do Congresso Estadual será feita pela Executiva Estadual mediante comunicação formal aos que a integram e publicação do edital na imprensa oficial ou em órgão de imprensa com circulação no Estado com antecedência mínima de 8 (oito) dias.



Artigo 52 - Compete à Convenção Estadual:

I - escolher os candidatos do Partido aos cargos eletivos majoritários e aos cargos proporcionais, no âmbito do Estado ou do Distrito Federal;

II - decidir sobre coligação com outros partidos;

III - analisar e aprovar a plataforma dos candidatos ao Governo do Estado.

§ 1º - A convocação e a composição da Convenção será a mesma do Congresso.

§ 2º - Os delegados municipais e zonais poderão ser escolhidos em reunião do Diretório Municipal ou Zonal convocada especificamente para este fim.

Artigo 53 - Compete ao Diretório Estadual exercer, no âmbito da sua jurisdição, as competências atribuídas ao Diretório Nacional.

§ 1º - Compete ao Diretório Estadual definir o número de vagas e eleger os membros titulares e suplentes da Executiva Estadual, especificando pelo menos um Presidente, um Secretário de Geral e um Tesoureiro;

§ 2º - O Diretório Estadual será presidido pelo Presidente da Executiva Estadual, instalar-se-á com a presença de metade mais um de seus membros e decidirá por maioria simples dos presentes, exceto nos casos em que este Estatuto exige a maioria absoluta.

§ 3º - O Diretório Estadual, que terá mandato de 2 (dois) anos, será convocado:

a) pelo presidente da Executiva Estadual;

b) por metade mais um de seus membros;

c) por metade mais um da Bancada Estadual.

Artigo 54 - A Executiva Estadual exercerá, no âmbito do seu Estado, as competências atribuídas à Executiva Nacional.

Parágrafo Único - Participará da Executiva Estadual, além dos membros eleitos pelo Diretório Estadual, o Líder da Bancada na Assembleia Legislativa.

Capítulo VIII Da organização municipal

Artigo 55 - Constituem os Congressos Municipais todos os eleitores filiados ao Partido no Município respectivo no gozo dos seus direitos estatutários.

Artigo 56 - Compete aos Congressos Municipais:

I - decidir sobre as questões políticas e partidárias no âmbito municipal;

II - fixar o número de membros titulares e suplentes do Diretório Municipal, podendo escolher os seus membros por aclamação, se houver consenso, ou em votação secreta, nome a nome, se houver divergência;

III - eleger da mesma forma os Delegados e Suplentes ao Congresso Estadual do Partido;

IV - fixar o número de membros titulares e suplentes da Comissão Municipal ou Zonal de Ética e Disciplina e do Conselho Fiscal Municipal ou Zonal e escolher os seus membros.

Parágrafo Único - O Congresso Municipal se instalará com a presença de metade mais um do número mínimo de filiados no Município e deliberará por maioria simples dos presentes.



Artigo 57 - O Congresso Municipal reunir-se-á:

I - ordinariamente, para prática dos atos de sua competência privativa, por convocação da Executiva Estadual;

II - extraordinariamente, por convocação do Diretório Municipal ou da Executiva Municipal, aprovada por maioria absoluta de seus membros;

Parágrafo Único - A convocação do Congresso Municipal será feita pela Executiva Municipal mediante comunicação formal aos que a integram e publicação do edital na imprensa oficial ou em órgão de imprensa com circulação no Município com antecedência mínima de 8 (oito) dias.

Artigo 58 - Compete à Convenção Municipal:

I - escolher os candidatos do Partido aos cargos eletivos majoritários e aos cargos proporcionais, no âmbito do Município;

II - decidir sobre coligação com outros partidos;

III - analisar e aprovar a plataforma dos candidatos à Prefeitura.

§ 1º - A convocação da Convenção será a mesma do Congresso.

§ 2º - A Convenção será composta:

a) por delegados que poderão ser escolhidos em reunião dos filiados de cada Zona Eleitoral convocada especificamente para este fim, segundo os mesmos critérios de proporcionalidade ao número de filiados do Congresso Municipal;

b) pelos membros dos Diretórios Municipal, Estadual e Nacional, ou das Comissões Provisórias Municipal, Estadual e Nacional, quando for o caso, quando tiverem domicílio eleitoral no Município;

§ 3º - A Convenção Municipal, quando julgar oportuno, poderá delegar a competência prevista no Inciso II a Executiva Municipal.

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke.

A handwritten signature in blue ink, with the text "018/PE 30224" written next to it.

Artigo 59 - Os Diretórios Municipais exercerão, no âmbito respectivo e respeitando as decisões dos órgãos superiores, as competências atribuídas ao Diretório Estadual.

§ 1º - O Diretório Municipal será presidido pelo Presidente da Executiva Municipal, instalar-se-á com a presença de metade mais um de seus membros e decidirá por maioria simples dos presentes, exceto nos casos em que este Estatuto exige a maioria absoluta.

§ 2º - O Diretório Municipal, que terá mandato de 2 (dois) anos, será convocado:

- a) pelo presidente da Executiva Municipal;
- b) por metade mais um de seus membros;
- c) por metade mais um da Bancada Municipal.

Artigo 60 - A Executiva Municipal terá, no âmbito da sua atribuição, as mesmas competências da Executiva Estadual.



Capítulo IX

Do patrimônio, das finanças e da contabilidade

Artigo 61 - Constituem o patrimônio do Partido os direitos e as obrigações que adquirir, bem como todos os valores, renda patrimonial, bens móveis e imóveis adquiridos com recursos próprios, por doações, legados ou por outras formas permitidas em lei.

Parágrafo Único - No caso de dissolução do Partido, seu patrimônio será destinado a entidade congênere designada pelo Congresso Nacional Extraordinário, para este fim especificamente convocado.

Artigo 62 - Constituem as receitas financeiras do Partido:

- I - os recursos arrecadados com a contribuição obrigatória dos filiados;
- II - as contribuições voluntárias, esporádicas ou não, de filiados e simpatizantes do Partido;
- III - as campanhas e os eventos de arrecadação financeira realizados pelo Partido;
- IV - a venda de publicações e materiais promocionais;
- V - os recursos do Fundo Partidário;
- VI - outras contribuições, não vedadas em lei, como doações em espécie, bens, serviços ou trabalho estimáveis em dinheiro, seja de pessoas físicas ou jurídicas.

Artigo 63 - A contribuição mínima obrigatória de cada filiado será estabelecida pelo Diretório Nacional.

Artigo 64 - Os Diretórios de todas as instâncias deverão manter escrituração contábil, de forma a permitir o conhecimento da origem de suas receitas e a destinação das suas despesas, bem como a sua situação patrimonial.

§ 1º - As doações e as contribuições de recursos financeiros devem ser efetuadas por cheque nominal ao Partido ou crédito bancário diretamente na conta do Partido, possibilitando a identificação do doador ou contribuinte.

§ 2º - O Partido pode receber doações de acordo com os critérios estabelecidos na legislação em vigor e em conformidade com as determinações da Secretaria Nacional de Finanças do Partido.

§ 3º - Outras doações, quaisquer que sejam, devem ser lançadas na contabilidade do Partido, definidos seus valores em moeda corrente.

§ 4º - É vedado ao Partido receber, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou pretexto, contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro, inclusive através de publicidade de qualquer espécie, procedente de entidade ou governos estrangeiros, autoridade ou órgãos públicos (ressalvado somente o Fundo Partidário), autarquias, empresas públicas ou concessionárias de serviços públicos, sociedades de economia mista, fundações instituídas por lei e para cujos recursos concorram órgãos e entidades governamentais e entidades de classe ou sindicais.

Artigo 65 - O Diretório Nacional disporá em resolução própria os percentuais para a distribuição dos recursos arrecadados das diversas fontes entre as diversas instâncias partidárias.

Parágrafo Único - Os recursos recebidos do Fundo Partidário serão distribuídos:

I - 20% para o Instituto Manoel Lisboa;

II - 50% para o Diretório Nacional;

III - 20% para os Diretórios Estaduais;

IV - 10% para os Diretórios Municipais e Zonais.



Artigo 66 - Os Diretórios das várias instâncias têm autonomia para arrecadar e aplicar os recursos financeiros no âmbito de sua jurisdição, fornecendo as condições à boa estruturação e funcionamento da estrutura partidária.

§ 1º - Os Diretórios em seus diversos níveis prestarão contas anualmente, e em ano eleitoral devem enviar balancetes mensais à Justiça Eleitoral, durante os quatro meses anteriores e os dois meses posteriores ao pleito, fazendo a prestação de contas no encerramento da campanha eleitoral. O Diretório Nacional prestará contas ao Tribunal Superior Eleitoral, os Diretórios Estaduais aos Tribunais Regionais Eleitorais e os Diretórios Municipais ao Juiz Eleitoral, nos prazos e em conformidade com a legislação em vigor.

§ 2º - Cada instância partidária terá seu próprio CNPJ.

§ 3º - O Partido não arcará com ônus de qualquer transação financeira efetuada em seu nome ou com seu CNPJ sem a expressa autorização do Presidente e do Tesoureiro do respectivo Diretório.

§ 4º - Os filiados não respondem subsidiariamente pelas obrigações contraídas em nome do Partido, mas poderão ser responsabilizados juridicamente por malversação dos recursos e patrimônio partidário ou por danos causados ao Partido, se violarem os princípios da probidade, da ética, dos preceitos deste Estatuto e das diretivas partidárias.

A handwritten signature or mark in black ink, consisting of several overlapping loops.

A handwritten signature in blue ink, followed by the date "08/11/2024".

§ 5º - Constitui falta grave a utilização, por parte de instância ou de filiado, do CNPI de qualquer instância partidária sem autorização expressa dos responsáveis, sendo passível de sanções disciplinares pertinentes.

§ 6º - Os Diretórios Estaduais, Municipais ou Zonais que descumprirem os procedimentos contábeis e financeiros previstos neste Estatuto ou na legislação em vigor terão suspensos o repasse do fundo partidário e qualquer outro até que a irregularidade seja sanada.

Artigo 67 - As sobras de campanhas eleitorais, em recursos financeiros ou estimáveis em dinheiro, devem ser contabilizadas como receita do exercício em que ocorrer a sua apuração e devem constar na prestação de contas anual do exercício subsequente ao seu recolhimento.

Capítulo X

Das disposições gerais e transitórias

1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo
1 3 5 9 6 0
Registro de Pessoas Jurídicas

Artigo 68 - Este Estatuto poderá ser alterado pelo Congresso Nacional do Partido, pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

§ 1º - Qualquer proposta de alteração do Estatuto deve ser enviada aos Diretórios Estaduais, para que estes os enviem aos Diretórios Municipais e Zonais, com uma antecedência de 60 (sessenta) dias ao Congresso que vai apreciá-la.

§ 2º - Este prazo será utilizado para emendas e debates até a reunião do Congresso Nacional que deliberará por maioria absoluta.

Artigo 69 - Qualquer diligência, retificação ou modificação que porventura venha a ser determinada durante o processo de obtenção do registro será definida e encaminhada pela Comissão Provisória Nacional.

Artigo 70 - A Comissão Nacional Provisória eleita na reunião de fundação do Partido exerce todas as prerrogativas da Executiva Nacional e do Diretório Nacional com um mandato de cinco anos, ou até a realização do primeiro Congresso Nacional do Partido.

Artigo 71 - O Diretório do Distrito Federal equipara-se para todos os efeitos aos Diretórios Estaduais.

Art. 72 - O presente Estatuto foi aprovado na reunião de fundação ocorrida no dia 16 de junho de 2016 e passa a produzir seus efeitos imediatamente.

Recife-PE, 16 de junho de 2016.

20
044/PE 20.27

Leonardo Pericles Vieira Roque

PRESIDENTE da Comissão Provisória Nacional:

Leonardo Pericles Vieira Roque,
brasileiro, solteiro, Título: 137526940264 – Zona: 32 - Seção: 114 - Município: Belo Horizonte –
MG, Gerente Administrativo, residente e domiciliado à Avenida Perimetral, 107, Bairro: Vila
Santa Rita, Belo Horizonte – MG, CEP: 30668-635, portador do RG 11146355 SSP-MG e inscrito
no CPF sob o número 012.415.466-22.



Wanderson Carvalho Pinheiro

Secretário geral da Comissão Provisória Nacional:

Wanderson Carvalho Pinheiro,
brasileiro, casado, Título: 0439 06060701 – Zona: 414 - Seção: 0208 - Município: São Bernardo
do Campo – SP, Assessor Político, residente e domiciliado à Rua Itaiara, 137 – Cidade Vargas.
Cidade/Estado: São Paulo - SP. CEP: 04320-110. portador do RG 542714577 SSP-SP e inscrito
no CPF sob o número 774.190.573-20;

Esteban Roberto Ferreira Crescente

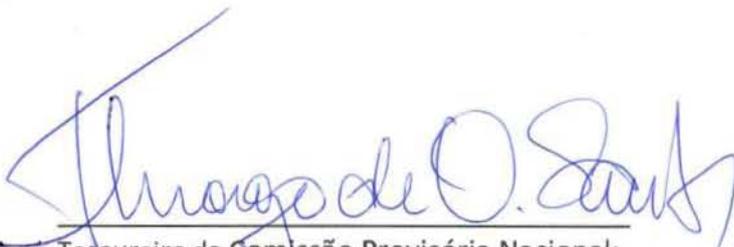
Esteban Roberto Ferreira Crescente,
brasileiro, solteiro, Título: 135785310361 – zona: 204 – seção: 0054 -Município: Rio de Janeiro,
servidor-público, residente e domiciliado à Travessa Juventino, nº 6f, Acari. CEP: 21531-410,
Rio de Janeiro/RJ, portador do RG 21601008-2 DETRAN-RJ e inscrito no CPF sob o número
058.783.357-27;

Vivian Mendes da Silva

Vivian Mendes da Silva,
brasileira, solteira, Título: 287885910175 – Zona: 248 - Seção: 389 - Município: São Paulo – SP,
Relações Públicas, residente e domiciliado à Rua Doutor Foom, 173, 133B, Bairro: Belenzinho.
Cidade/Estado: São Paulo - SP. CEP: 09431-190, portadora do RG 258595554-1 SSP-SP e
inscrita no CPF sob o número 294.169.078-63;

Antonio Altenir Ferreira dos Santos

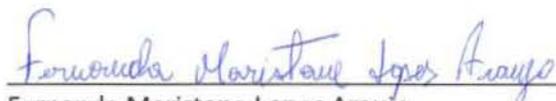
Antonio Altenir Ferreira dos Santos,
brasileiro, solteiro, Título: 0243 0495 0760 - Zona: 001 - Seção: 0044 - Belém/PA, Técnico em
contabilidade, residente e domiciliado à Rua Galileu, Qd 29 Lt 16 Casa 08, Jardim Europa, CEP
74325-060, Goiânia/ Goiás; portador do RG. 7240517 - SSP/PA, CPF 261.395 613 -53


Tesoureiro da Comissão Provisória Nacional:

Thiago de Oliveira Santos,

brasileiro, casado, Título: 072137740868 - Zona: 4 - Seção 15 - Município: Recife-PE, residente e domiciliado à Av. Conde da Boa Vista, 1295 Ap 606, Soledade. Recife-PE, CEP: 50060-003, Operador de telemarketing, portador do RG 6519126 SDS-PE e inscrito no CPF sob o número 061.096.294-99;




Fernanda Maristane Lopes Araujo,

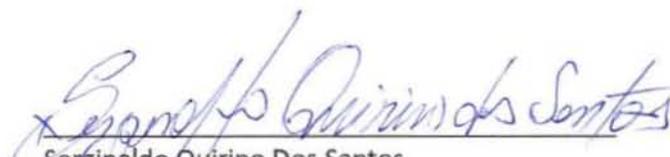
brasileira, solteira, Título: 379564213/68 - Zona: 073 - Seção : 066 - Município: Belém /Pará, Professora de Educação Física, residente e domiciliada à Rodovia Augusto Montenegro, Pass. Maria das Graças , 15. Bairro: Marambaia, Belém - Pará; Cep: 66623 - 640, portadora do RG 3743803 Polícia Civil-PA e inscrita no CPF sob o número 662.327.322-00;


Samara Martins da Silva,

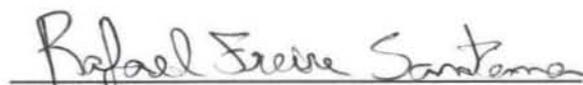
Vice-Presidente da Comissão Provisória Nacional:

Samara Martins da Silva,

brasileira, casada, Nº do Título: 1677 2482 0272 seção: 0425 zona: 004 Município: Natal-RN , estudante, residente e domiciliada à rua tatuquara, 46. bairro Planalto. Natal-RN, CEP: 59 073 804, portadora do RG MG10315627 órgão emissor Polícia Civil-MG e inscrita no CPF sob o número 077.871.666-06

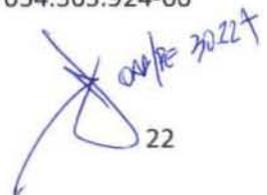

Serginaldo Quirino Dos Santos,

brasileiro, vive em união estável, Título: 036310900850 - Zona: 118 - seção 0194 - Município: Jaboatão/PE, Professor, residente e domiciliado à Rua São José da Colina, 149. Cavaleiro. Jaboatão dos Guararapes-PE, CEP: 54230-530, portador do RG 3735461 SSP-PE e inscrito no CPF sob o número 642.415.804-91;


Rafael Freire Santana,

Rafael Freire Santana, brasileiro, solteiro, Título: 0325.4636.1201 - Zona: 76 - Seção: 301 - Município: João Pessoa - PB, Jornalista, residente e domiciliado à Rua Francisco Timóteo de Souza, Nº 500, apto. 302-A, Jardim Cidade Universitária, João Pessoa - PB. CEP: 58.052-130, portador do RG 2641894 órgão emissor SSP-PB e inscrito no CPF sob o número 054.503.924-00




22